



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141421 - PI (2021/0012336-0)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : ELVIS ANDRE DE MOURA SILVA (PRESO)  
**RECORRENTE** : LEANDRO DIAS DO NASCIMENTO (PRESO)  
**RECORRENTE** : REGINALDO CALDAS DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em habeas corpus com pedido de liminar interposto por ELVIS ANDRE DE MOURA SILVA, LEANDRO DIAS DO NASCIMENTO e REGINALDO CALDAS DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (HC n. 0754904-53.2020.8.18.0000).

Os recorrentes estão presos preventivamente desde 28/02/2020, tendo sido denunciados pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 14 da Lei n. 10.826/2002; 33 da Lei n. 11.343/2006 e 157, § 2º, II, do Código Penal.

Sustentam que sofrem constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo na formação da culpa e da inexistência de motivos novos e contemporâneos para justificar a segregação cautelar.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura com ou sem a imposição de cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, considerando os motivos explicitados pelo colegiado recorrido, que asseverou que *"tratam-se de delitos gravíssimos, que evidenciam a violência exacerbada verificada em nosso dia-a-dia, assusta o cidadão comum e de boa índole, urgindo a adoção de providências enérgicas no sentido de minorar essa trágica realidade, sendo de bom alvitre, como salutar medida, a exclusão daquele que porventura tenham feito a opção pela prática deste ilícito penal que põe à mostra a violência manifesta que aflige nossa terra, desassossega e intranquiliza a sociedade, já cansada e angustiada pela constante ausência de segurança nos dias de hoje, não devendo o Judiciário ficar alheio a esta situação, sob pena de aumentar ainda mais o devastador e desolador quadro de violência que assola nosso país"* (e-STJ fl. 58)".

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Em arremate, ressalte-se que *"o prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. Precedentes"* (AgRg no RHC n. 137.237/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 18/12/2020), o que torna a liminar em sede de plantão, a priori, momento inadequado ao acolhimento da alegação de excesso de prazo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência